

VARIA

Por que não uma filosofia brasileira?

Why isn't it a Brazilian philosophy?

John Karley de Sousa Aquino

<https://orcid.org/0000-0002-8171-0180> – E-mail: john.aquino@ifce.edu.br

RESUMO

A filosofia brasileira é considerada inexistente ou desimportante pela comunidade filosófica brasileira. A maioria dos graduados em filosofia passam pelo curso sem ler um texto de um filósofo brasileiro ou sequer ouvir o nome de um filósofo nativo. O desprestígio do tema é de chamar atenção. O presente texto busca defender a possibilidade de uma filosofia brasileira. Apresentamos as objeções mais comuns ao tema e tentamos refutá-las, posteriormente apresentamos a historiografia consagrada sobre o assunto e por fim expomos o que consideramos que poderia ser uma filosofia brasileira. A pesquisa é de caráter bibliográfico e de cunho ensaístico.

Palavras-chave: Filosofia Brasileira. Filosofia. Brasil.

ABSTRACT

Brazilian philosophy is considered non-existent or unimportant by the Brazilian philosophical community. Most philosophy graduates go through the course without reading a text by a Brazilian philosopher or even hearing the name of a native philosopher. The lack of prestige of the topic draws attention. This text seeks to defend the possibility of a Brazilian philosophy. We present the most common objections to the topic and try to refute them, later we present the established historiography on the subject and finally we expose what we consider a Brazilian philosophy could be. The research is bibliographic in nature and essayistic in nature.

Keywords: Brazilian philosophy. Philosophy. Brazil.

Introdução

Em sua obra *História da filosofia do Brasil*, Paulo Margutti nos conta que no ano 2000 uma comissão de avaliadores externos avaliou o curso de filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e concluiu que apenas uma disciplina de lógica não era o suficiente para garantir uma boa formação em filosofia, todavia não havia espaço vago na grade curricular obrigatória e por isso alguma disciplina deveria ser excluída para ceder lugar para a disciplina de Lógica II. Ocorreu de a comissão avaliadora sugerir a exclusão da disciplina de Filosofia no Brasil, que até então fora de caráter obrigatório, com a alegação de que “o estudo da filosofia no Brasil era pouco importante para a formação do aluno de graduação em filosofia” (MARGUTTI, 2013, p. 9), o que de imediato foi acatado. Isso demonstra o desprestígio que o que podemos chamar de “filosofia no Brasil” tem no interior da comunidade filosófica nacional. O consenso é de que inexistente tal coisa chamada “filosofia brasileira” e provavelmente jamais existirá.

O presente texto tem como **objetivo geral** defender a possibilidade de uma filosofia brasileira. Ao longo do escrito apresentamos as objeções mais comuns ao tema e tentamos refutá-las, posteriormente apresentamos a historiografia consagrada sobre o assunto e por fim expomos o que consideramos que poderia ser uma filosofia brasileira. A pesquisa é de caráter bibliográfico e de cunho ensaístico.

Objeções ao tema

Por que não uma filosofia brasileira? Existem algumas objeções a essa pergunta, na verdade ao tema da pergunta que é a filosofia brasileira. Geralmente quando falamos da filosofia brasileira, há duas objeções que sempre aparecem. A primeira objeção afirma que uma filosofia brasileira não faria sentido porque seria uma filosofia nacional e a filosofia não se prenderia a fronteiras nacionais, ela seria universal, supostamente teria um caráter internacional. Como Roni Silveira¹ mostrou suficientemente em mais de uma das suas intervenções, a filosofia não é algo tão internacional quanto somos instigados a acreditar que seja. A outra objeção é de que quando falamos de uma filosofia brasileira, imediatamente retrucam que estamos defendendo que “só podemos estudar autores brasileiros”.

Vamos expor algumas tentativas de refutações a tais objeções. Primeiro que dizer que a filosofia é universal ou tem um caráter internacional é muito falacioso. Segundo Renato Nogueira na obra *O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639* (2014), obra na qual trata da lei que torna conteúdo obrigatório nas escolas as temáticas afro-brasileira e indígena, essa ideia de que a filosofia é universal e não se prende a fronteiras faz parte de um discurso ideológico e geopolítico dos colonizadores (NOGUEIRA, 2014, p. 22-23). Para ele, tal filosofia supostamente internacional na verdade é uma filosofia que tem nacionalidades bem específicas, na maioria dos casos, europeias. Se pararmos para pensar basicamente estudamos filósofos gregos, alemães, ingleses, franceses e, ocasionalmente, estudamos os norte-americanos. Ficamos sempre ali no Norte global, dificilmente nos voltamos para o Sul. Então é uma filosofia que está muito focada na Europa.

¹ “Não creio que a filosofia brasileira tenha escapado das principais características de nossa sociedade, embora os filósofos adorem se representar como seres angelicais não contaminados pelo mundo que os rodeia” (SILVEIRA, 2018, p. 13). Vide também sua palestra no XV Simpósio de Filosofia Brasileira (2022), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dZUL7DDVAzM&list=PL-pvVc59kU6TIFwZN382Z8L3JFSLUOTzoZ&index=3>.

Outro caso que podemos aludir é o seguinte: qual o idioma das músicas internacionais? Geralmente falamos que música internacional é aquela que está em inglês. Entretanto, suponho que não somos ingênuos a ponto de acreditar que inglês é uma língua internacional, porque inglês como todas as demais línguas é uma língua nacional, sendo o idioma da Inglaterra e dos países colonizados por ela, então, de internacional o inglês não tem nada. Portanto, essa conversa de que inglês é uma língua internacional, é que nem a filosofia ser uma área do saber de caráter internacional. Em realidade é algo nacional querendo se passar por internacional.

Sabemos muito bem que os europeus têm o costume de dizer que tudo o que vem de lá é universal. Porque é como se os homens europeus fossem “o homem universal”, o “sujeito kantiano”, que não tem características particulares, enquanto tudo aquilo que não é europeu é exótico, é estranho, é diferente, é folclórico, como é o nosso caso. Sendo que quando dizemos que a filosofia brasileira não existe porque a filosofia é universal e tem um caráter internacional, esquecemos que estudamos na universidade o empirismo britânico, o idealismo alemão, o racionalismo francês e o pragmatismo americano. Ora, então tais povos podem ter filosofias nacionais e nós não? Por quê? Isso é uma falácia. A filosofia não é independente da cultura da qual ela emerge. O tema do Estado no idealismo alemão é importantíssimo porque os alemães não tinham um Estado nacional e eles estavam querendo constituir um Estado nacional (BRITTO, 2012), ou seja, não é uma questão que é discutida por obra do acaso. Os problemas filosóficos nunca surgem do nada, pois como acertadamente disse Leonardo Boff (2004, p. 9), “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”, e nós filósofos precisamos entender isso, coisa que a maioria de nós que compomos a comunidade filosófica nacional parece que não entendeu.

A outra questão é dizer que quando defendemos uma filosofia brasileira estamos defendendo apenas o estudo de autores brasileiros, o que é uma falácia do espantalho. Cria-se um espantalho e focam o ataque a ele e convenientemente se esquece o argumento central. Ninguém está defendendo que só se estude autores brasileiros. Um autor como Roland Corbisier, que era do ISEB (*Instituto Superior de Estudos Brasileiros*), acreditava que não existia filosofia no Brasil até os anos 30 e que só depois dos anos 30 é que se começou a tentar criar uma filosofia brasileira, mas ele achava que ainda não havia. Corbisier dizia que o brasileiro possuía uma carência filosófica e que estudar os filósofos brasileiros não valia a pena. Que não valia a pena ler um autor como Tobias Barreto e Farias Brito, por exemplo². Ora, o mesmo Corbisier defende uma filosofia autenticamente brasileira e diz que os filósofos brasileiros sequer devem ser chamados de filósofos, muito menos lidos e estudados. Então é falacioso dizer que quando alguém reivindica uma filosofia brasileira está defendendo que se leiam apenas filósofos brasileiros.

Uma historiografia da desqualificação

A tese de que no Brasil não existe e nem poderá existir filosofia brasileira remonta ao século XIX, aos autores Tobias Barreto e Silvio Romero. Tobias Barreto na obra *Questões Vigentes*, em um artigo dele sobre o Kant afirma que “não há domínio algum da atividade intelectual em que o espírito brasileiro se mostre tão acanhado, tão frívolo e infecundo como no domínio filosófico” (BARRETO, 1926, p. 245). Ou seja, brasileiro é inapto para a filosofia. Ou ele não faz ou

² “Não há um estudante brasileiro que leia livros de Miguel Lemos, Tobias Barreto ou Farias Brito. E por quê? Porque esses livros têm um valor meramente histórico, diríamos mesmo arqueológico, sendo totalmente inúteis em relação ao estudo da própria filosofia. Não nos ajudam a compreender nem a natureza, nem o mundo histórico, nem a filosofia que procura compreender a natureza e a história. Seu significado se esgota como sintomas de nossa alienação cultural” (CORBISIER, 1976, p. 106).

quando faz, ele faz muito mal feito. Silvio Romero, um continuador e discípulo de Tobias Barreto, é considerado por Júlio Canhada o iniciador da historiografia sobre a filosofia brasileira. Ele afirma que o livro de Silvio Romero *Filosofia no Brasil* de 1878, é o texto inaugural da historiografia sobre a filosofia brasileira (CANHADA, 2020, p. 38). Neste texto, o que é que defende o Silvio Romero? Ele defende que no Brasil não existe filosofia, pois por aqui as ideias não evoluem uma das outras. Não haveria o que ele denomina de seriação das ideias, pois nossas ideias filosóficas ao invés de surgir uma das outras, como os galhos de uma árvore que vão surgindo a partir dela mesma, seriam todas importadas da Europa (ROMERO, 1969, p. 32).

Considero muito justa a crítica de Romero, pois em matéria de filosofia a maioria de nós não cria ideias, mas importa ideias alheias e por conta disso ao invés de fazer as ideias nativas surgirem umas das outras, acabamos fazendo com que ocorra um emaranhado de ideias sem relação entre si, carentes de conexão. E outra coisa, além dessa falta de seriação, faltava originalidade. Não seríamos muito originais na criação de ideias. Mas por qual motivo não conseguimos criar ideias e fazer com que as nossas ideias continuem umas das outras? Ele vai dizer que é por conta da nossa falta de aptidão. Aí nos perguntamos: essa falta de aptidão seria natural? Acreditamos que para um pensador de tendências racista como o Silvio Romero tal falta de aptidão seria natural do brasileiro devido à mestiçagem³. Apesar de ser um autor muito interessante e polêmico, Silvio Romero tinha essa ideia de que por conta da mistura de raças, especialmente com o sangue do negro, nós teríamos características inferiores. E ele sem citar isso fala que o Brasil tem uma inaptidão para o pensamento rigoroso. Ele não fala se é natural ou não, mas nós interpretamos que a partir da leitura que ele faz da questão racial, que para ele seria algo natural.

Antes de prosseguirmos, gostaria de abrir um parêntese e fazer um comentário sobre algumas ideias de Murilo Seabra, que foi orientando do professor Júlio Cabrera (UNB). Ele escreveu um texto muito interessante e concedeu uma entrevista e em ambas as oportunidades tratou do que ele chama de “preconceito inconsciente que temos contra a competência dos agentes epistêmicos subalternos” (VERÇOZA; SEABRA, 2020, p. 119). Seabra recorre ao conceito de injustiça epistêmica da filósofa Miranda Fricker⁴ para pensar como lidamos com a filosofia brasileira e todo o pensamento subequatorial. Além disso, ele lançou um livro chamado *Oftalmopolítica: um problema com a visão da filosofia brasileira* (2021), que trata da nossa percepção sobre a filosofia. Ele empreende uma pesquisa empírica em que demonstra que existem preconceitos contra autores dependendo do seu gênero, raça e nacionalidade e até mesmo com o nome do autor. Seabra identificou que tem uma maior chance de um autor ser lido se ele for homem e se seu nome não é nem em português nem em espanhol. Se o nome do filósofo é João da Silva, por exemplo, você tem muito menos chance de seu texto ser lido do que se o seu nome for Roland Corbisier, que é um brasileiro, mas o nome dele é francês. Então se o seu nome é germânico, ou inglês, ou francês, você tem muito mais chances de o seu texto ser lido do que se o seu nome for João Pereira⁵. Ele chama isso de preconceito epistêmico, quando o texto sequer é lido, pois já achamos que o texto por conta do nome do autor ou do gênero do autor é um texto de qualidade duvidosa.

Fechando o parêntese e retornando a questão da historiografia filosófica iniciada por Silvio Romero. Então, o que é que o Júlio Canhada fala sobre isso? O Silvio Romero, segundo ele, é o iniciador de uma tradição historiográfica sobre a filosofia brasileira e o que diz essa tradição

³ “Romero falava dos inconvenientes da população africana e seus descendentes mestiços” (SCHNEIDER, 2018, p. 458).

⁴ *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing* (2017).

⁵ Segundo Seabra (2021, p. 146), “surgiu a ideia de elaborar um questionário para testar experimentalmente a hipótese do Newton da Costa de que se o nome dele fosse Newton Kostovic, as ideias dele provavelmente teriam sido mais bem recebidas no Brasil”.

historiográfica? Diz Júlio Canhada que ele criou “uma espécie de senso comum historiográfico o qual a produção filosófica brasileira seria essencialmente falha” (CANHADA, 2017, p. 10). O quê que podemos concluir disso? A partir dessa tese do Silvio Romero, podemos interpretar de que ou não existe filosofia brasileira, que é o que a maioria da comunidade filosófica brasileira supõe ou aceitamos que existe filosofia no Brasil, mas que essa filosofia é de péssima qualidade. O interessante é que nunca nos perguntamos se realmente essa filosofia é de péssima qualidade, porque dificilmente lemos esses autores do século XIX e mal nos lemos uns aos outros. O que fazemos aqui é comentário de texto e sequer priorizamos os comentários de texto que os nossos conterrâneos fazem.

Temos que reconhecer que a tradição historiográfica iniciada por Silvio Romero, concordemos ou não com o que ele falou, se tornou a narrativa dominante, usando os termos de hoje. Ele criou uma narrativa e a maioria de nós acredita nela, e a continuamos até os dias atuais. Então, quando dizemos que não somos filósofos e que no máximo somos professores de filosofia, estamos nada mais nada menos do que legitimando e continuando a narrativa do Silvio Romero de que temos uma inaptidão para a filosofia. Acreditamos no que ele disse e assumimos como verdade axiomática.

Se destacam como continuadores dessa tradição historiográfica da nossa filosofia brasileira o Leonel Franca, que era um padre que escreveu *Noções de História da Filosofia* que é de 1918. No livro, ele fala da história da filosofia e o finaliza com um apêndice tratando da filosofia no Brasil (CANHADA, 2020, p. 39). Leonel Franca fala basicamente a mesma coisa que o Silvio Romero, reforçando a ideia de que não existe filosofia no Brasil e que o Brasil é um país carente de filosofia⁶. Outro que também continua essa história é o João Cruz Costa na *Contribuição da história das ideias no Brasil*, que é um texto de 1956. Nessa obra, o João Cruz Costa reitera o que o Leonel Franca e por conseguinte a mesma coisa que o Silvio Romero disse, a saber, de que não existe filosofia no Brasil. João Cruz Costa afirma que nos Estados Unidos até o século XIX se tinha uma avaliação do panorama filosófico semelhante ao nosso, isto é, de que por lá não havia filosofia (COSTA, 1956, p. 13), mas eles teriam ousado e no final do século XIX para começo do século XX criaram uma filosofia nativa que é o pragmatismo americano. Então Cruz Costa diz o seguinte: olha não temos filosofia ainda, mas podemos criar uma filosofia brasileira assim como os norte-americanos criaram uma filosofia para eles, uma filosofia com características tipicamente brasileiras. E ele nos fala sobre a nossa tendência ao utilitarismo e pragmatismo que teríamos supostamente herdado da cultura lusitana e que por isso é que não temos nenhuma vocação para reflexões metafísicas, mas sim para reflexões práticas, principalmente políticas⁷.

Outro continuador dessa tradição historiográfica, mas que a continua de uma forma mais bem elaborada e escrita de forma muito sedutora é o Paulo Arantes, que ainda está aqui caminhando entre nós. Ele escreveu o livro *Departamento Francês de Ultramar* que foi lançado em 1994, obra na qual ele trata sobre a formação da cultura filosófica uspiiana. Na obra ele diz que quando se criou a USP nos anos 30, entre os fundadores do departamento de filosofia além da ideia de que no Brasil não existia cultura filosófica, se acreditava que nós não conhecíamos a história da filosofia e que quando a missão francesa chegou a São Paulo para criar o departamento de filosofia da USP, eles partiram desse pressuposto de que o brasileiro tem que se fami-

⁶ “Embora se aproxime de Silvio Romero na avaliação da falta de solidez no encadeamento das ‘ideias’ filosóficas, o autor elege como critério de julgamento a ‘originalidade’ da produção filosófica, ou seja, porque os filósofos brasileiros estariam desprovidos de ‘autonomia’, não teriam sido capazes de constituir-se como cânones a ponto de provocarem adesões ou rupturas diante de suas reflexões” (CANHADA, 2020, p. 45).

⁷ “Se considerarmos o sentido das ideias no Brasil – verificaremos que elas constituem como que instrumentos de ação, principalmente de ação social e política. A filosofia, em boa parte, esteve, no Brasil, a serviço dessa ação” (COSTA, 1956, p. 439).

liarizar com a tradição filosófica e que precisávamos ter uma formação propedêutica. O primeiro passo era conhecermos a história da filosofia e conhecendo a história da filosofia aí sim poderíamos partir para a realização de reflexões filosóficas pessoais. O problema, como vai dizer o Paulo Arantes, é que ficamos só na propedêutica (ARANTES, 1994, p. 71-78). Em nenhum momento a ideia dos criadores do Departamento de Filosofia da USP foi formar única e exclusivamente leitores e intérpretes de texto filosófico europeu, mas foi o que acabou acontecendo.

E há outros que também continuam a narrativa criada pelo nordestino Silvio Romero, como o Roland Corbisier, o Álvaro Vieira Pinto (filósofo que foi muito influente sobre o Paulo Freire), o Luís Washington Vita, o Ivan Domingues entre outros. Então, quem se dedicou a fazer história da filosofia no Brasil, apesar das sutis diferenças, acabou continuando a historiografia da desqualificação⁸ do Silvio Romero.

Nossa tradição exegética

A nossa interpretação, após realizar esse resgate historiográfico, é que depois dos anos 60 todos nós nos tornamos devedores do modo de fazer filosofia uspiana. Depois dos anos 60 os cursos de filosofia brasileiros adotaram o modelo uspiano de fazer filosofia, baseado na leitura e interpretação de textos filosóficos, que consiste no método estruturalista de leitura e interpretação de texto. O que é esse método estruturalista? Em resumo é a ideia de que o texto tem uma lógica interna, e que o nosso dever como bons leitores e intérpretes de texto é compreender essa lógica interna do texto. Entender o texto pelo texto, independente do contexto e fazer uma boa interpretação desse texto, entendendo o que esse texto quer dizer e qual a sua lógica intrínseca. Então, ao invés de julgar o Aristóteles porque ele justifica filosoficamente a misoginia e a escravidão, nós devemos é entender qual é o papel da misoginia e escravidão dentro do seu sistema filosófico. Não posso julgar o Aristóteles apressadamente, eu tenho que entender o que o Aristóteles estava querendo dizer⁹. Então esse é em linhas gerais um resumo bem simplificado do que seria esse método estruturalista da filosofia uspiana na qual basicamente todos somos formados atualmente¹⁰.

A USP vai se aproveitar da tradição historiográfica iniciada por Silvio Romero de que não existia filosofia no sentido rigoroso da palavra aqui no Brasil, mas que o que existia, como dizia o Cruz Costa, era um amadorismo, e considerar a fundação do curso de filosofia uspiano como o “marco zero” da filosofia no e do Brasil¹¹. Aqui não haveria filósofos, mas amadores em filosofia, autodidatas, que o Cruz Costa chamava de filosofantes (COSTA, 1945, p. 48). O que são os filosofantes? São pessoas que não são filósofos profissionais e não escreviam textos filosóficos

⁸ Historiografia da desqualificação consiste em mencionar “o autor para dizer que ele não tem padrão científico e que sua produção intelectual está pautada pelo caráter ‘ideológico’. E ponto-final. Em regra, não se enfrenta uma discussão apurada dos fundamentos de seu pensamento nem se leva em consideração o contexto histórico de suas formulações” (LOVATTO, 2021, p. 13).

⁹ “Estávamos convencidos por Gueroult de que a descoberta da estrutura de cada filosofia era o único método fecundo de aceder à verdade histórica do que o filósofo dissera. Em suma, a verdade gueroultiana de bom senso dizia que era possível (e indicava o caminho no método estrutural que mandava refazer o movimento que dera origem à obra) reencontrar a doutrina do autor *deixando de lado a questão de saber se ela era verdadeira ou falsa*” (ARANTES, 1994, p. 119-20, grifo nosso).

¹⁰ Para uma explicação mais detalhada, tanto doutrinária quanto historiográfica do método estrutural de leitura de texto vide a obra *A escola francesa de historiografia da filosofia: Notas históricas e elementos de formação* de Ubirajara Rancan de Azevedo Marques.

¹¹ “No que toca à sua (Paulo Arantes) perspectiva acerca da história da filosofia no Brasil, as obras dos ‘filoneístas’ parecem servir, dessa maneira, à constituição de uma tradição negativa, cujos méritos seriam fornecer como que o *marco zero* da ‘verdadeira’ tradição, e ao mesmo tempo, prover uma inscrição histórica para sua interpretação de uma experiência filosófica [...]. Paulo Arantes promove um movimento duplo de avaliação, pois, se seu juízo de quase inexistência a respeito da história anterior nega a ela qualquer tipo de positividade ou relevância, ele também alça paradoxalmente, tal história ao lugar de predecessora do que seria o único começo válido para a filosofia no Brasil” (CANHADA, 2020, p. 58).

de verdade, mas ensaios, opiniões pessoais que se passavam por filosofia, sendo eles meros eruditos. E por qual razão eles não eram filósofos profissionais? Porque aqui no Brasil não havia cursos de filosofia. Quem se dedicava a filosofia eram juristas e médicos de formação. Silvio Romero e Tobias Barreto, por exemplo, eles não se formaram em filosofia, eles eram formados em Direito, alguns outros eram formados em Medicina como era o caso de Eduardo Ferreira França. Se conhecermos um pouco da história da USP veremos que há um momento que gera uma polêmica muito grande no concurso em que o João Cruz Costa foi aprovado para saber quem é que pode ser professor de filosofia, se alguém que é formado em filosofia ou qualquer pessoa que tem notório saber em filosofia, como os juristas¹², usando a linguagem do atual Novo (e Desastroso) Ensino Médio.

A missão francesa que criou o Departamento de Filosofia da USP teria vindo para conferir uma formação profissional ao estudante de filosofia, que é a formação que temos hoje em dia. Aprendemos, e aprendemos muito bem, a ler e a interpretar textos filosóficos. O que é um texto filosófico é outra questão. Paulo Margutti diz que se fôssemos rigorosos no sentido uspiano do termo para definir o que é um texto filosófico e o que não é, o Platão, o Sócrates, o Wittgenstein e o Nietzsche não seriam considerados filósofos (MARGUTTI, 2014, p. 399-400). Pelos critérios da CAPES um diálogo escrito no estilo do Platão não seria publicado em revista alguma, assim como um texto escrito na forma de aforismos como os de Nietzsche também não seria publicado.

Como foi dito no começo, quando se forma a cultura filosófica uspiana, o francês Jean Maugüé, considerado o autor da “certidão de nascimento” do curso de filosofia da USP (ARANTES, 1994, p. 63), falava de duas etapas na nossa formação: a aquisição de cultura filosófica através do conhecimento da história da filosofia e posteriormente, consolidada a etapa propedêutica, seríamos capazes de produzir nossas próprias ideias filosóficas. Qual foi o problema, segundo Paulo Arantes? É que estancamos na primeira etapa e não ousamos filosofar por conta própria.

Escrevemos um artigo intitulado *Narcisismo às avessas e a nossa filosofia brasileira* e nele comentamos bastante sobre a nossa tradição filosófica exegética, baseada na leitura e interpretação de texto e como ela criou um sistema de inibições que nos faz ter um medo verdadeiramente patológico de errar. Na nossa formação filosófica adquirimos um verdadeiro pavor de falar alguma asneira e isso acaba nos inibindo intelectualmente, pois se temos medo de falar algo sobre Platão com receio de alguém dizer que não entendemos Platão, dificilmente falaremos por conta própria. No artigo citado dissemos o seguinte, cito,

Nossa tradição uspiana acabou criando um verdadeiro sistema de inibições que promove entre nós um medo patológico do erro, como se errar fosse algo inaceitável. Ao temermos o erro nós acabamos não tentando, não nos arriscamos, mantendo uma postura cautelosa no que se refere a qualquer iniciativa filosófica (AQUINO, 2020, p. 172).

Então temos muito medo de errar e com medo de errar o quê que fazemos? Não tentamos, afinal a única maneira de prevenir completamente o erro e não falar algo indevido, é não falando nada. Todavia, “Evidentemente que os achismos e os equívocos devem ser evitados, mas eles são inevitáveis. Nós sempre teremos opiniões sobre determinado assunto ou tema, o

¹² “Mencione-se que durante o primeiro reitorado de Reale na USP (1949-1950), abriu-se concurso para Cadeira de Filosofia, que tinha Cruz Costa como candidato natural. Quatro membros do IBF (Instituto Brasileiro de Filosofia) se inscreveram, fato que foi interpretado pelas autoridades da FFCL (Faculdade de filosofia, Ciências e Letras) como uma espécie de ofensiva organizada do grupo ligado ao reitor para tomar a cadeira. Com efeito, a direção da FFCL impugnou a inscrição dos concorrentes externos, sob a alegação de que não apresentavam em seus currículos o estudo de filosofia. Cruz Costa teve sua tese aprovada e permaneceu na regência da cátedra. O episódio teve ampla repercussão entre os alunos da FFCL, em cujas memórias figura como uma das ameaças à sobrevivência da escola” (BONTEMPI JÚNIOR, 2003, p. 3).

que importa...”, e isso é o mais importante “é saber sustentar essa opinião com argumentos convincentes ou mudar de opinião diante de argumentos melhores. Do mesmo modo com o erro. O problema não é errar, é permanecer no erro” (AQUINO, 2020, p. 172).

No geral em nossas discussões (quando ocorrem) apelamos para nossos filósofos de estimação. Por medo de errar recorremos para a autoridade de um filósofo consagrado e isso é uma prática terrível. Entramos no curso de filosofia com a expectativa de nos tornarmos um Platão, mas saímos platônicos, falando sobre o que Platão falou, mas nunca fazendo o que o Platão fez, criando filosoficamente.

Para nós, a atividade mais específica da filosofia é a capacidade de articular um pensamento coerente através de argumentos bem elaborados. Pensar todo mundo pensa, mas o filósofo é aquele que aprende a pensar adequadamente, pensar de forma lógica e argumentativa. Reconhecemos que é uma definição muito grosseira e provisória do que seria o nosso dever de ofício, mas no nosso entendimento em nossas aulas ao invés de ficarmos ruminando sobre o que Platão disse ou quis dizer, o que não deixa de ser importante, deveríamos mostrar como que o Platão elaborou os seus argumentos. Deveríamos aprender a argumentar ao invés de ficar apenas falando sobre o conceito X na obra Y do autor Z. Pensar as “coisas em si”, ao invés de nos dedicar ao discurso alheio sobre as coisas.

Para exemplificar o quão cômico (ou trágico) é nosso distanciamento em relação à realidade, gostaríamos de contar sobre uma cena que presenciamos em um evento multidisciplinar sobre a crise do capitalismo brasileiro. Quando chegou o momento de um professor de filosofia falar sobre o assunto o mesmo falou o seguinte “sobre a crise que está acontecendo no Brasil eu não tenho nada a dizer. Mas eu sei falar sobre o conceito de crise no *Capital* de Marx”. Seria engraçado se não fosse triste. O filósofo brasileiro devido à formação livresca que recebe, na maioria das vezes não sabe falar sobre a realidade em que vive, pois é educado para interpretar textos e não o mundo em que vive. Marx disse que havia chegado o tempo de a filosofia deixar de apenas interpretar o mundo e se dedicar a transformar o mundo. Nós estamos aquém da 11ª Tese, pois não estamos sendo educados sequer para interpretar o mundo, mas para interpretar textos que interpretam o mundo.

Mas por qual motivo a filosofia uspiana, com todos esses problemas, acabou se tornando o modelo transposto para os demais departamentos de filosofia do país? Não poderia ter sido diferente? Não havia outras maneiras de praticar filosofia? Na suposta ausência de uma filosofia Brasileira o quê que tínhamos a fazer? Apesar de ser algo indevido e perigoso, nós arriscamos uma hipótese e nos permitimos um devaneio de história contrafactual. Nossa hipótese pessoal é que havia outros modelos de filosofia possível e que poderiam ter sido, mas não foram. A ideia de que não existe filosofia no Brasil era compartilhada pelo ISEB e pela USP e este problema vai receber propostas de soluções diferentes. A USP vai propor importar uma tradição filosófica já consolidada, a francesa. O ISEB vai defender que se crie uma tradição filosófica nacional, autêntica, sem necessidade de importar modelos prontos. Também havia o IBF, o Instituto Brasileiro de Filosofia fundado em 1949, composto por figuras conservadoras e reacionárias. Eles vão defender que já existe uma tradição filosófica brasileira, tese que não consideramos equivocada, só que eles vão defender que a filosofia brasileira consiste em ler e interpretar textos filosóficos de autores brasileiros. Em 1989 é fundada a Academia Brasileira de Filosofia, herdeira do IBF e como atesta Margutti (2016, p. 17),

[...] a esmagadora maioria dos pesquisadores ligados à Academia Brasileira de Filosofia fazem comentário de texto de pensadores brasileiros [...]. É verdade que eles não fazem exegese de texto de autores estrangeiros, como no caso da ANPOF. Mas de qualquer modo, fazem exegese também.

Qual foi o modelo que prevaleceu nessa disputa? O modelo uspiano, que venceu por W.O. Mais uma vez reiteramos que é uma interpretação pessoal. A nossa hipótese é de que existia uma disputa acerca de que tipo de filosofia nós deveríamos ter. O ISEB parecia estar em vantagem na disputa, porque o ISEB é que era ouvido e participava ativamente do debate público, a USP não fazia questão de ser ouvida, pois falava para dentro como admitem destacados quadros da instituição (SCHWARZ, 1999, p. 111-12; BEAL, 2016, p. 39). O ISEB tentava dialogar com a USP, mas os uspianos não queriam dialogar com o ISEB, sendo o caso de Florestan Fernandes uma exceção, pois além de falar para fora da universidade se dignou a debater com o isebiano Guerreiro Ramos. Mas, assim que ocorreu o golpe de 64, com dois dias invadiram e fecharam a sede do ISEB. A tese do José Arthur Giannotti era de que os isebianos não mereciam uma contra argumentação por parte dos uspianos, pois não seriam interlocutores dignos (GIANNOTTI, 1987, p. 66-67). O que é contraproducente dizer que o ISEB não merecia uma contra argumentação, pois o ISEB estava pautando a discursão nacional em vários âmbitos, pois estava participando ativamente dos debates da época¹³.

Com o ISEB fechado e fora do páreo e o IBF sendo uma péssima opção, a USP venceu sem oposição a disputa sobre os rumos da filosofia brasileira. Não havia uma proposta de modelo filosófico razoável a não ser o da USP.

Não vamos nos deter quanto às vantagens e desvantagens do modelo uspiano. Indicamos o texto de um insuspeito uspiano que é o Oswald Porchat. Oswald Porchat foi um intelectual honesto e realizou alguns balanços ocasionais sobre a sua atividade filosófica, sendo o mais célebre o “Discurso aos estudantes” de filosofia da USP de 1999. É um texto clássico que consideramos de leitura obrigatória para todo estudioso da filosofia no Brasil.

Uma filosofia convertida ao Brasil

Para não ficarmos apenas na negação do modelo uspiano precisamos dizer o que para nós deveria ser uma filosofia brasileira, quais são as características gerais que ela deveria ter? Defendemos a realização de uma sugestão do isebiano Roland Corbisier: uma *filosofia convertida ao Brasil*. Retiramos essa sugestão de uma entrevista que ele concedeu e que afirmou que um dos objetivos do ISEB era “possibilitar a tomada de consciência da realidade nacional, a ‘conversão’ de nossa *inteligência* ao Brasil” (CORBISIER, 1978, p. 273).

A nosso ver uma filosofia convertida ao Brasil é primeiro de tudo uma filosofia que pensa *o e desde* o Brasil, uma filosofia compromissada com a universalidade concreta. A universalidade concreta é uma categoria da lógica hegeliana e consiste no universal que se realiza no particular, a chamada singularidade (*Einzelheit*). O singular, que é o universal concreto,

[...] tem a significação de ser sujeito, ser a base que contém em si o gênero e a espécie, e que é ela própria substancial. É nesta *inseparabilidade* posta do conceito, em que cada diferença não produz interrupção, perturbação alguma, mas é igualmente translúcida (HEGEL, 2012, §164, grifo nosso).

Exemplificando: o ser humano é universal abstrato, ninguém vê o ser humano caminhando por aí, pois é algo apenas pensável. O particular é aquilo que é empírico, que você vê,

¹³ “Na esfera cultural a influência do ISEB foi profunda. [...] Toda uma série de conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final dos anos 1950 se difundem pela sociedade e passam a constituir categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira” (ORTIZ, 2012, p. 47).

distinto do universal. O universal concreto ou singular é a unidade do universal e do particular, por exemplo, uma nacionalidade. O brasileiro é a síntese do universal (ser humano) com o particular (o Brasil).

A filosofia lida com algo universal, que é o pensamento, entretanto tal pensamento sempre se dá numa língua específica e num contexto específico, no nosso caso pensamos em português e no contexto brasileiro. Não falamos em alemão e nem pensamos desde a Alemanha, temos que ter clareza disso, caso contrário não seremos capazes de pensar concretamente e efeturemos uma filosofia completamente abstrata, isto é, sem nenhuma referência ao concreto que “do conceito só retém o momento da universalidade, e deixam de lado a particularidade e a singularidade” (HEGEL, 2012, §164).

O modo como pensamos determinadas questões e que questões aparecem para a filosofia brasileira são diferentes das questões que apareciam na filosofia grega e que aparecem para a filosofia alemã. Por exemplo, é comum ouvirmos especialistas em Foucault afirmarem que o Estado brasileiro é superpoderoso e que ele controla tudo, como se o que Foucault falou sobre o Estado francês se aplicasse ao Estado brasileiro. Aí tomam o discurso foucaultiano, que é adequado para se referir a um Estado realmente ativo, participativo e interventor como parece ser o francês e utilizam para se referir ao Estado brasileiro. Ora, é comum em Itapipoca, cidade do interior cearense, as pessoas dirigirem sem terem carteira de motorista, menores andando de moto sem capacete e por que isso acontece? Porque o Estado brasileiro é ausente. O Estado brasileiro é cada um por si e salve-se quem puder. Na periferia e nos gro-tões interioranos a maioria das vezes que o povo pobre brasileiro lida com o Estado é através da polícia, ao se matricular na escola pública e se tiver sorte quando consegue ser atendido pelo SUS. Caracterizar o Estado brasileiro como superpoderoso e controlador é desconsiderar o fato de que o Estado brasileiro não está nada interessado no que está acontecendo com as massas populares, mas sim em garantir os lucros e os dividendos da burguesia.

Importamos um discurso pronto, enlatado, como dizia o Guerreiro Ramos (RAMOS, 1996, p. 10), e usamos para interpretar a realidade brasileira sem nem se perguntar se tal discurso serve para tanto. Então, uma filosofia brasileira deve ser uma filosofia que pensa o e desde o Brasil e que fala português. Esse ponto é muito importante, pois somos ensinados que existem línguas mais aptas a filosofar do que outras e por vezes acabamos acreditando na falácia heideggeriana de que só se pode filosofar em grego e alemão. Falácia essa que é refutada de maneira magistral pelo equatoriano Gonçalo Palácio, num livro que também deveria ser de leitura obrigatória, que é *Como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser um gênio*. Ele pergunta qual a autoridade que o Heidegger tem para dizer que só é possível filosofar em grego e alemão. Ele conhece todas as línguas do mundo? Porque para dizer que só dá para fazer filosofia em grego e alemão ele tem que conhecer todas as línguas do mundo para enfim chegar à conclusão realmente definitiva de que só dá para filosofar em grego e alemão (PALÁCIOS, 2004, p. 29). É óbvio o Heidegger não conheceu a língua tupi-guarani, por exemplo, então como ele pode afirmar que só o grego e alemão são línguas com aptidão para a filosofia? Acreditamos que provavelmente o Heidegger não sabia falar mandarim, então como é que ele sabe que o grego e o alemão são mais aptos para a filosofia do que o mandarim? Heidegger sabia falar português? Nós distinguimos o ser e o estar, mas o alemão não. Não seria o português mais apto para a filosofia do que o alemão? A maioria de nós não questiona nessa falácia do cisne negro do Heidegger. Aceitamos essa conversa infundada do Heidegger sem questionar e muitos de nós saímos já no primeiro semestre do curso dizendo por aí que o português é uma língua que não serve para filosofar.

Outra característica de uma filosofia brasileira é que ela fale “para dentro” em primeiro lugar antes de querer falar “para fora”, ou seja, que fale com e para nós. Para nossa comunidade filosófica o auge da carreira de um filósofo brasileiro é publicar em uma revista estrangeira, sendo que o correto seria falarmos entre si, algo que não temos o hábito de fazer, pois no máximo falamos entre si dentro do nosso grupo de pesquisa, porque se alguém estuda Hegel provavelmente não vai dialogar com quem estuda Schopenhauer, porque não há discussão. São dois vocabulários diferentes, na verdade opostos, que não dialogam entre si. Não nos esforcemos minimamente para criar um vocabulário filosófico que sirva para discutirmos problemas concretos e nos restringimos a ficar lendo e remoendo textos dos nossos filósofos prediletos, numa verdadeira “comunidade de desconversação filosófica” nos precisos dizeres de Paulo Margutti (2014, p. 410).

Nós precisamos saber quais são as questões mais urgentes e candentes do nosso povo brasileiro que paga os impostos que pagam o nosso salário e nossas instituições públicas onde estão nossos cursos de filosofia, porque a maioria de nós é servidor público e estamos prestando um serviço público ao ensinar filosofia nas escolas e universidades. Temos a obrigação de falar para quem paga os nossos estudos ao invés de ficar tentando publicar texto em revista francesa.

Também defendemos que devemos pensar em primeira pessoa e não em terceira pessoa, pois sempre falamos segundo “alguém”, segundo um outro, e esse outro sempre é europeu ou norte americano. Por qual motivos não falamos “segundo eu”. Não constitui crime, podemos pensar por conta própria, é algo lícito e permitido.

Conclusão

Afinal, o quê que estamos defendendo? Estamos defendendo que abandonemos o modelo uspiano e nunca mais falemos sobre isso? Não. Para nós o problema não é o modelo uspiano, que é baseado na exegese textual. Para nós o problema é o modelo uspiano ser o único, a única opção pra nós. Para fazer filosofia no Brasil somos obrigados a adotar esse modo de fazer filosofia e para nós se o estudante brasileiro quer fazer comentário, ótimo, mas que ele possa fazer comentário de texto de filósofos europeus e também de filósofos brasileiros. Que nos seja permitido fazer um projeto sobre o Tobias Barreto ou um projeto temático, sem ser necessariamente na ótica de um autor, e possamos tentar entrar num programa de filosofia sem ser boicotado. Nos cursos de filosofia se fala tanto de liberdade, mas na prática limitamos muito as opções e sem opções inexiste a liberdade. Se o estudante quer escrever ensaios que ele seja motivado ao invés de ser desmotivado e considerado incapaz, porque somos castrados desde a graduação. Desde a graduação somos incentivados a acreditar que não somos capazes de fazer filosofia, pois seríamos inaptos para a filosofia. Que o espírito de Silvio Romero deixe de pesar sobre a cabeça dos vivos.

Defendemos que nos seja permitido fazer filosofia temática, filosofia exegética de brasileiros e de não brasileiros, ou mesmo filosofia ensaísta. O que importa é que nos seja permitido pensar e pensar em primeira pessoa e não apenas em terceira pessoa. Que possamos usar e abusar das ideias ao invés de tratá-las como se elas fossem *eidós* platônicos divinos que são intocáveis. Ideias são instrumentos que servem para pensar o mundo, ferramentas como disse Deleuze, e a filosofia é uma caixa de ferramentas, isto é, “é preciso que sirva, que funcione” (FOUCAULT, 1979, p. 71). Que seja permitido a nós ser filósofos e não meras filiais do pensamento de filósofos europeus.

Referências

- AQUINO, J. K. de S. Narcisismo às avessas e a nossa filosofia brasileira. *Revista Modernos e Contemporâneos*, Campinas, v. 4, n. 8, jan./jun. 2020, p. 164-179.
- BARRETO, T. *Obras Completas IX: Questões Vigentes*. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926.
- BEAL, M. A. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 34, set./dez. 2016, p. 232-256.
- BOFF, L. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BONTEMPI JÚNIOR, B. A guerra dos filosofantes: Cruz Costa, Miguel Reale e a filosofia paulista (1956-1968). In: *Anais do ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003, p. 1-8.
- BRITTO, F. de L. Identidade cultural e formação individual: a Alemanha do século XIX e a fundação da pedagogia moderna. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 118, jan./mar. 2012, p. 217-233.
- CANHADA, J. *Construções de um século: discursos filosóficos no Brasil oitocentista*. 2017. 191 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- CORBISIER, R. Carência de filosofia. In: *Filosofia e crítica radical*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- CORBISIER, R. Por uma cultura brasileira autêntica – entrevista a Paratodos sobre o ISEB. In: *Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, J. C. *A filosofia no Brasil: ensaios*. Porto Alegre: Globo, 1945.
- COSTA, J. C. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.
- FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder: uma conversa entre Michel Foucault e Giles Deleuze. In: *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas: em compêndio*. Volume I: A ciência da lógica. Tradução de Paulo Menezes com a colaboração do Pe. José Machado. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- LOVATTO, A. Iseb: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 162, jul./out. 2021, p. 9-40.
- MARGUTTI, P. *História da filosofia do Brasil (1500 – hoje)*. 1º parte: o período colonial (1500 – 1822). São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- MARGUTTI, P. Sobre a nossa tradição exegética e a necessidade de uma reavaliação do ensino de filosofia no País. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 129, jun./2014, p. 397-410.
- MARQUES, U. R. de A. *A escola francesa de historiografia da filosofia: notas históricas e elementos de formação*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- PALÁCIOS, G. A. *De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

- RAMOS, G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- SCHWARZ, R. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEABRA, M. Engenharia epistêmica: entrevista com Murilo Seabra, Parte 2. *Sapientiae Revista de Ciências Sociais, Humanas e Engenharias*, v. 6, n. 1, 2020, p. 109-123.
- SEABRA, M. *Oftalmopolítica: um problema com a visão da filosofia*. Botafogo: Ape'Ku Editora, 2021.
- SILVEIRA, R. A. T. da. *Filosofia Brasileira*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
- SCHNEIDER, A. Luiz. Machado de Assis e Silvio Romero: escravidão, "raça" e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880). *Almanack*, Guarulhos, n. 18, abr./2018, p. 451-488.

Sobre o autor

John Karley de Sousa Aquino

Professor EBTT/IFCE. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e psicanalista.

Recebido: 05/04/2024
Aprovado: 16/04/2024

Received: 05/04/2024
Approved: 16/04/2024